

## LEI MUNICIPAL Nº 2.091 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

*“Dispõe sobre a estimativa de RECEITA e fixação de DESPESA do Município de São José da Bela Vista-SP para o exercício de 2024 e dá outras providências”*

**WALTER CÁSSIO CARVALHO FACCIROLI**, Prefeito Municipal de São José da Bela Vista- SP, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que Câmara Municipal APROVOU e ele SANCIONOU a presente Lei:

### RESOLVE

**ARTIGO 1º** - O Orçamento do Município de São Jose da Bela Vista, Estado de São Paulo, para o exercício de 2024, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 44.800.000,00 (Quarenta e Quatro Milhões, Oitocentos Mil Reais).

**ARTIGO 2º** - A Receita será arrecadada na forma da legislação vigente e das especificações constantes dos quadros integrantes desta Lei, observando o seguinte desdobramento:

Sumário Geral da Receita por Fontes (Lei nº: 4.320, artigo 2º, § 1º, I)

#### Receitas Correntes:

Receita Tributária	R\$ 3.398.000,00
Receita Patrimonial	R\$ 416.300,00
Receita de Serviços	R\$ 816.000,00
Transferências Correntes	R\$ 42.940.500,00
(-) Redutor das Transferências Correntes	(R\$ 5.560.800,00)
Outras Receitas Correntes	R\$ 400.000,00

**Receitas de Capital:**

Alienação de Bens	R\$ 0,00
Transferências de Capital	R\$ 2.390.000,00
<b>Receita Total</b>	<b>R\$ 44.800.000,00</b>

**ARTIGO 3º** - A Despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros integrantes desta Lei, com os seguintes desdobramentos:

Sumário Geral da Despesa por funções (Lei 4.320, artigo 2º, § 1º, I)

**I – Por funções do Governo**

01	Legislativa	R\$ 2.160.000,00
04	Administração	R\$ 4.620.500,00
06	Segurança Pública	R\$ 306.000,00
08	Assistência Social	R\$ 1.701.415,00
09	Previdência Social	R\$ 67.000,00
10	Saúde	R\$ 9.957.443,00
12	Educação	R\$ 13.885.000,00
13	Cultura	R\$ 2.069.000,00
15	Urbanismo	R\$ 3.111.000,00
16	Habitação	R\$ 29.000,00
17	Saneamento	R\$ 2.962.000,00
18	Gestão Ambiental	R\$ 586.000,00
26	Transporte	R\$ 122.000,00

27	Desporto e Lazer	R\$ 674.000,00
28	Encargos Especiais	R\$ 2.217.642,00
99	Reserva de Contingência	R\$ 332.000,00
<b>Total</b>		<b>R\$ 44.800.000,00</b>

**II – Por Órgão da Administração**

<b>01. CAMARA MUNICIPAL</b>	<b>R\$ 2.160.000,00</b>
01.01.00 LEGISLATIVO	R\$2.160.000,00
<b>02. PREFEITURA MUNICIPAL</b>	<b>R\$42.640.000,00</b>
02.01.00 GABINETE DO PREFEITO	R\$ 806.000,00
02.02.00 SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURÍDICOS	R\$ 586.500,00
02.03.00 SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 2.396.000,00
02.04.00 SECRETARIA MUNIC. DA AÇÃO SOCIAL	R\$ 1.701.415,00
02.05.00 SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA	R\$ 15.954.000,00
02.06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	R\$ 674.000,00
02.07.00 SECRETARIA MUNIC. DE FINANÇAS	R\$ 3.754.642,00
02.08.00 SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E S. PÚBLICOS	R\$ 6.224.000,00
02.09.00 SECRETARIA MUNIC. DE AGRICULT. E M. AMBIENTE	R\$ 586.000,00
02.10.00 SECRETARIA MUNIC. DE SAÚDE	R\$9.957.443,00
<b>TOTAL:</b>	<b>R\$ 44.800.000,00</b>

**ARTIGO 4º** - Fica o Poder Executivo autorizado a:



**I** – abrir durante o exercício créditos suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) da despesa fixada no artigo 1º, utilizando, como fonte de cobertura, o superávit financeiro do exercício de 2022, os recursos provenientes do excesso de arrecadação e o produto de operações de crédito (art. 43, § 1º, I, II e IV, da Lei nº 4.320, de 1964).

**II** – abrir créditos suplementares até o limite consignado sob a denominação de Reserva de Contingência em conformidade com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

**III**- Abrir créditos suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) da despesa fixada no artigo 1º, utilizando, como fonte de cobertura, a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.

**Parágrafo único.** Não onerarão o limite previsto no inciso I, os créditos destinados a suprir insuficiência nas dotações de despesas à conta de recursos vinculados;

**ARTIGO 5º** - As fontes de recursos aprovadas nesta Lei e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas pelos Poderes Legislativo e Executivo, mediante ato próprio, visando ao atendimento das necessidades da execução dos programas, observando-se, em todo caso, as disponibilidades financeiras de cada fonte diferenciada de recurso.

**ARTIGO 6º** - Prevalecerão os valores correntes consignados nos anexos a esta Lei, no caso de divergência, de quaisquer espécies, entre estes e os valores dos programas e das ações constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023 assim como o Plano Plurianual para o período 2022 a 2025, ficando-se este de já alterados após a aprovação desta Lei.

**ARTIGO 7º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, surgindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

---

**WALTER CÁSSIO CARVALHO FACCIROLLI**  
**PREFEITO MUNICIPAL**